

**IDENTIDADES SOCIAIS DOS/AS EDUCADORES/AS NA LUTA
PELA REFORMA AGRÁRIA NO MST: processo de territorialização
do assentamento Roseli Nunes**

**SOCIAL IDENTITIES OF EDUCATORS IN THE STRUGGLE FOR
THE AGRARIAN REFORM
WITHIN THE MST: the territorial occupation process of Roseli Nunes
settlement**

Laudemir Luiz Zart

Prof. Dr. da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT
laudemirzart13@yahoo.com.br

Eliane dos Santos Martínez Paezano

Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT
elianesmpaezano@outlook.com

Loriége Pessoa Bitencourt

Profa. Dra. da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT
lori.pessoa@hotmail.com

Resumo

O artigo intitulado Identidades Sociais dos/as Educadores/as na Luta pela Reforma Agrária no MST: processo de territorialização do Assentamento Roseli Nunes, é um recorte da pesquisa defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc, Mestrado em Educação, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), intitulada: Formação dos/as Educadores/as do Campo e a Territorialização da Educação do Campo: concepções e práticas dos sujeitos da Escola Estadual Madre Cristina. Tem como objetivo compreender a constituição da identidade dos/as educadores/as a partir da luta pela reforma agrária junto ao MST, no processo de territorialização do Assentamento Roseli Nunes. O método empregado foi o da pesquisa-formação, que promoveu a interação entre pesquisadores/as e educadores/as. Como resultado das reflexões surgiram os conceitos de território, territorialização e territorialidade, aplicados no processo de análise das narrativas dos/as educadores/as, em seus depoimentos individuais e nos grupos colaborativos. Assim, foi tecida e compreendida a historicidade de constituição das identidades sociais no processo de territorialização nas práticas e lutas sociais da reforma agrária.

Palavras-chave: Território. Territorialização. Identidades Sociais. Reforma Agrária. Educação do Campo.

Abstract

The article entitled “Social Identities of Educators in the Struggle for the Agrarian Reform within the MST: the Territorial Occupation Process of Roseli Nunes Settlement” is an approach to the research thesis defended in 2019 in the Postgraduation Program in Education – PPGEduc, Master in Education, in the University of the State of Mato Grosso

(UNEMAT), entitled: Training of Rural Educators and the Territorial Occupation of Field Education: conceptions and practices of the subjects from Madre Cristina State School. It has the objective of understanding the constitution of the educators` identity from the struggle for the agrarian reform within the MST in the territorial occupation process of Roseli Nunes Settlement. It employed the research & education method which fostered the interaction among researchers and educators. The result of the reflections comprised territory concepts, territorial occupation process and territoriality, applied in the analysis process of the educators` narratives upon their individual testimonies and in the collaborative groups, Thus, it has been woven and understood the constitution historicity of the social identities in the territorial occupation process within the practices and social struggles of the agrarian reform.

Key words: Territory. Territorial Occupation Process. Social Identities. Agrarian Reform. Field Education.

Introdução

O artigo intitulado, *Identidades Sociais dos/as Educadores/as na Luta Pela Reforma Agrária no MST: processo de territorialização do Assentamento Roseli Nunes*, é um recorte da pesquisa defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc, Mestrado em Educação, na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. A pesquisa foi intitulada: *Formação dos/as Educadores/as do Campo e a Territorialização da Educação do Campo: concepções e práticas dos sujeitos da Escola Estadual Madre Cristina*.

Esta pesquisa apresentou como objeto de estudo a formação dos/as educadores/as e a territorialização da educação do campo, num *locus* específico, o Assentamento Roseli Nunes e, nele, a Escola Estadual Madre Cristina, localizada na zona rural do município de Mirassol D´Oeste - MT.

O assentamento mencionado é um território conquistado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado do Mato Grosso (MT), no final dos anos de 1990, que mobilizou pessoas em prol de um objetivo comum, a Reforma Agrária. Das famílias que vivenciaram o processo de luta entre mobilizações, acampamentos, despejos e pré-assentamento, 331 foram assentadas no território do Roseli Nunes.

Os sujeitos da pesquisa e que estão em análise neste artigo, foram os/as educadores/as que representam e expressam a configuração da territorialização da Educação do Campo. Os/as educadores/as que foram selecionados/as para a compreensão do processo de territorialização, participaram de uma atividade investigativa e de inserção

da universidade na escola. A atividade de formação continuada para reconhecer a identidade no território, partiu das narrativas e autobiografias escritas pelos/as educadores/as no projeto de pesquisa: *Docência na Educação do Campo: análise da constituição de identidade e práticas pedagógicas*.

No decorrer da pesquisa-formação, com enfoque na metodologia colaborativa (BITENCOURT, 2014) desenvolvemos oficinas de narrativas individuais e grupos coletivos de reconstituição da memória de inserção nas práxis das lutas sociais e de organização dos/as camponeses/as para a conquista da terra e formalização das práticas pedagógicas da educação do campo. Nas atividades de campo, a inserção nos espaços formativos da escola, quando realizamos a observação participante, foi aflorando o seguinte questionamento: de que forma foi constituída a identidade dos/as educadores/as a partir da luta pela reforma agrária junto ao MST no processo de territorialização do Assentamento Roseli Nunes?

Com base nesse questionamento, elegemos como objetivo neste artigo, compreender a constituição das identidades sociais dos/as educadores/as a partir da luta pela Reforma Agrária junto ao MST no processo de territorialização do Assentamento Roseli Nunes. As narrativas expressam questões quanto os compromissos e a inserção pessoais e as tarefas assumidas na organização das lutas sociais. As visões pessoais avançam para a expressão e a análise das metodologias de organização coletivas, quanto as estratégias políticas de resistência e de conquistas da terra e da educação. Os avanços da coletividade são evidenciados na formação política e cultural de conscientização sobre a realidade social e histórica de subalternização da classe trabalhadora com base organizativa das práxis socioeducativas libertadoras.

Para traduzir as especificidades de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza participativa, buscamos aportes teóricos em autores como Fuini (2014), Saquet (2009; 2017), Chelotti (2010), Haesbaert (1997), Zart (2011; 2012), Bitencourt (2014). Esses, entre outros autores, possibilitaram fazer a tessitura entre a teoria e a empiria, possibilitando compreender a constituição das identidades sociais dos/as educadores/as.

Antecipamos que os/as sujeitos/as das narrativas que estão no corpo do artigo evidenciam os fatos, as pessoas, as dificuldades, as estratégias, os sonhos. São um conjunto de acontecimentos que constituem a totalidade dos fenômenos sociais da luta pela reforma agrária, que além da conquista da terra se constitui na afirmação do ser

humano na integralidade, por isto, a ampliação e o aprofundamento para as dimensões da educação do campo, das estruturas para a produção e a assistência técnica, o cuidado com as pessoas pela saúde, a alimentação saudável e a conservação do meio ambiente.

No artigo fazemos um movimento empírico-teórico para demonstrar o contexto de constituição de identidades educadoras forjadas nas experiências das lutas sociais da reforma agrária. Trazemos as discussões sobre os conceitos de território, territorialização e territorialidade, onde descrevemos o processo de constituição das identidades a partir das vivências no processo de territorialização, com base nas narrativas dos/as educadores/as sujeitos históricos da realidade analisada.

Conceituando Território, Territorialização e Territorialidade

No processo de busca e de luta para reaver e reconquistar um pedaço de terra e construir um território, os camponeses vivem uma jornada longa, de dificuldades, mas também de conquistas. Nesse processo de luta percebem a necessidade da mobilização constante e permanente para alcançarem os objetivos de uma vida com condições materiais e culturais humanizadoras e humanizadas.

Ao conquistar a terra se criam ações na comunidade, a partir das quais ela passa a ser denominada território por seus sujeitos, ou seja, além do território ser um recorte espacial que delimita as fronteiras, existem diversas relações de poder que o determinam e que identificam relações econômicas, culturais e ambientais. De acordo com Fuini o território é um “recorte espacial definido por relações de poder, controle e apropriação, extensão de um poder, associado a limites e fronteiras” (2014, p. 233).

Além deste conceito, Saquet afirma que os territórios “são dinamizados por sociedades específicas, distintas entre si quanto à estrutura de classe e de poder, à economia e aos processos culturais, que se articulam e se territorializam historicamente” (2017, p. 23). Assim, é possível compreender que “nos espaços, as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios a partir das relações de poder ali estabelecidos” (CHELOTTI, 2010, p. 167). Além do que foi definido pelos autores acima, podemos dizer que o território está ligado a questões simbólicas e identitárias, pois,

o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação

que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

O conceito de território é amplo e podemos discutir muitos elementos nele contidos, entre os quais, conforme Haesbaert (1997), as dimensões simbólicas e as questões de identidade. Isto porque um território, ao ser formado, passa por uma construção pessoal e histórica, de acordo com determinado grupo, que traz consigo simbologias que são muito importantes para o lugar e para o grupo, de modo que esse espaço se constitui em território a partir das ações que são desenvolvidas nos “[...] processos de construção histórica do e no espaço. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais” (SAQUET, 2017, p. 38). Assim, o processo histórico de um território se faz com o tempo e com o grupo que nele vive. Com o tempo e com os sujeitos os espaços vão se formando a partir das características, experiências e lutas do grupo social, de modo que o território vai se estruturando com a constituição, no caso em estudo, dos camponeses, em um processo identitário.

Em meio a essas relações de constituição de determinado território há a interpretação a partir dos referenciais teóricos da geografia de processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR). No campo teórico da geografia crítica há o pressuposto que “a criação de territórios seria representada pela Territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela Desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de Reterritorialização” (CHELOTTI, 2010, p. 167). Neste sentido, os conceitos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização expressam “aspectos utilizados em estudos de geografia quando se destaca o conceito de território, juntamente com relações econômicas e políticas (de poder), as redes e a natureza exterior ao homem” (SAQUET, 2009, p. 82). Desse modo, destacamos neste artigo o território do Assentamento Roseli Nunes, configurado pelas relações de lutas e conquistas do MST, constituído pelos sujeitos camponeses em diferentes tempos e espaços, em processos de relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Compreender o Território do Assentamento Roseli Nunes

Para compreendermos o *locus* da pesquisa, o território do Assentamento Roseli Nunes e, nele, a Escola Estadual Madre Cristina, desenvolvemos dinâmicas de reconstrução histórica, para a recuperação da memória dos sujeitos participantes da pesquisa, dos fatos vividos em determinados espaços e tempos. Aplicamos a metodologia de elaboração da linha do tempo a partir das autobiografias, denominadas narrativas individuais¹, que ao serem socializadas nos grupos investigativos e de formação, permitiram a reconstrução das narrativas coletivas e das representações que configuram a historicidade dos/as educadores/as no processo de territorialização das identidades constituídas nas lutas da reforma agrária. Como método complementar utilizamos documentos que continham fatos históricos, os quais nos auxiliaram a compreender todo o processo de constituição do território do Assentamento Roseli Nunes. Como afirmam Saquet e Sposito,

[...] na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações de bairros ou de localidades rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. (2009, p. 83).

Nesse sentido, a vida cotidiana da produção do território do Assentamento Roseli Nunes foi se revelando nas narrativas individuais e coletivas, nas quais os indivíduos emergem e se apresentam constituindo territórios e se tornam agentes protagonistas da história por meio dos significados que vão atribuindo à luta pela Reforma Agrária e, por

¹ As narrativas utilizadas nesse artigo fazem parte do relatório de campo elaborado a partir de autobiografias, denominadas, nesta pesquisa, de narrativas individuais, e do relatório de campo das oficinas sobre as narrativas coletivas produzido a partir do envolvimento de sujeitos que foram protagonistas na história de lutas e conquistas da terra e da escola. Esse relatório resulta de um projeto de extensão-pesquisa realizado pela equipe do Núcleo Unitrabalho da Unemat. Os autores deste artigo integraram os trabalhos de formação, pesquisa e sistematização. O projeto se configurou pela parceria entre a Universidade e a Escola, e teve como título: Narrativas Individuais e Coletivas de Vida, Luta e Conquistas do MST e dos Educadores do Campo da Escola Estadual Madre Cristina. As Narrativas Coletivas foram escritas durante as nove oficinas realizadas entre 2017 e 2018, nas dependências da Escola Estadual Madre Cristina, com grupos organizados a partir das aproximações das histórias de vida, fatos vividos e narrados em autobiografias elaboradas em 2016.

consequente, a história do MST no estado de Mato Grosso. No caso do Assentamento Roseli Nunes, possibilitou, como Saquet identifica relativo às lutas pela reforma agrária, “transformar um espaço rural num território com melhores condições de vida para os camponeses” (2017, p. 26). Esse significado da luta pela terra e, portanto, pelo território, é narrado por uma das educadoras:

“Todo sentimento de “apego” que nós, educadores dessa Escola, temos por esse território vem das lutas vivenciadas por cada um de nós e as conquistas que já tivemos são muito valiosas. Temos um sentimento de medo de se perder essa história, a cultura e as lembranças desses tempos de lutas. Fico triste em perceber que tanto alguns alunos quanto alguns educadores não dão tanta importância para a mística, [...], que possibilita reviverem os tempos de lutas e instiga a reflexão de tais atos. A Escola do Campo não é um conhecimento só de dentro para fora, mas também de fora para dentro, apesar de todas as conquistas alcançadas, a situação ainda é difícil em relação a manter a cultura, temo que tudo isso se perca com o passar do tempo e daqui alguns anos, não se ouça mais essas histórias. Me emociono em lembrar e contar essas histórias, as místicas que a Escola cultivava me fazem refletir sobre toda nossa história, a história desse lugar, pois esse lugar é muito importante para nós, pois esse é o espaço de vidas” (TR 3 - Narrativa Coletiva – Coletivo 2 - Oficina 1 - Educadora Ana Luíza - 20/09/17).

A educadora Ana Luíza iniciou sua militância no MST no Pré-assentamento Roseli Nunes, também nomeado de pré-assentamento Botinha, segundo espaço ocupado na luta pelo território do Assentamento Roseli Nunes. O pré-assentamento Botinha foi antecedido pelo acampamento Roseli Nunes em 1997, na fazenda Facão, às margens da BR-070 à 12 quilômetros da cidade de Cáceres. A Educadora Ana Luíza vivenciou as lutas e o sofrimento a partir do seu companheiro e também educador Jair Furlan que viveu todo esse processo desde o acampamento na fazenda Facão. Na narrativa, a educadora Ana Luíza apresenta elementos que se entrelaçam com os conceitos de território dos autores supracitados, pois, para haver a organização e a constituição de um território há questões simbólicas que, no caso narrado, pode ser a mística, que é uma prática pedagógica de experiência popular que tem como finalidade o lembrar e o registro da história do grupo social, passada de geração em geração no território. Essa questão simbólica é estabelecida de acordo com as vivências e as experiências que marcam as

vidas e as lutas sociais que vão ganhando significados e, assim, caracterizando os espaços de vida com identidade e pertencimento.

É importante destacar que a construção histórica do pertencimento e do reconhecimento ocorre durante a caminhada de luta e resistência dos sem-terra organizados no MST que afirmam e ampliam seu objetivo, conquistar o seu pedaço de terra. E ao atingirem sua conquista, os/as camponeses/as passam a viver em seu lote, em seu espaço tão sonhado, constituindo o território camponês. Para Zart “os territórios camponeses são compreendidos como espaços sociais diversos que representam a inserção dos camponeses em espaços socioprodutivos e de formas de organização própria e que indicam a possibilidade da autonomia dos camponeses” (2012, p. 20), possibilitando a produção e o meio de vida almejado. Na mesma perspectiva, Fernandes conceitua o território camponês como:

[...] o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. (FERNANDES, 2012a, p. 744).

No território camponês, as famílias são constituídas, e nesse mesmo espaço de vida, as famílias se multiplicam, os/as filhos/as crescem, constituem suas próprias famílias, e ficam nesse mesmo território. Assim, outras famílias se mantêm na terra para a produção familiar, vivem e sobrevivem no mesmo espaço de vida e tiram da terra os seus sustentos, produzindo para sua subsistência e comercializando o excedente.

Enquanto espaço de vida é afirmado o lugar da moradia, de onde se tira as condições de (sobre)vivência. Há uma identificação com relação a construção de proximidades com a terra, com a casa, no sentido da (*oikos*), isto é, do cuidado que se deve ter com a morada, o lugar do aconchego da família e da comunidade. Portanto, é o espaço utilizado para a vida de quem nele vive, que vive da agricultura familiar. (ZART, 2011, p. 18).

Na racionalidade apresentada por Zart (2011), o campo é um espaço onde encontramos ampla diversidade. Os/as camponeses/as dão vida a esse espaço, tornando-se parte dele, e isso só é possível através do processo de territorialização, ou seja, todo o movimento, as ações realizadas pelos camponeses sem-terra para conquistarem seu pedaço de chão. Para Fuini (2014, p. 233), a territorialização é “ação, movimento ou

processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais”.

No caso do território do Assentamento Roseli Nunes, as ações de luta pela terra, pela Reforma Agrária foram e são organizadas pelo MST. As ações se constituíram no movimento de deslocamentos demográficos entre espaços temporários, os acampamentos como estratégias da luta social. Os acampamentos surgem pela mobilização social e política dos camponeses que ocupam fazendas declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para provocar e acelerar a reforma agrária. Através das vivências coletivas de organicidade do MST, como espaço político e pedagógico, os sujeitos vão aprendendo como conduzir a luta e a se organizar melhor com e como sem-terra para a conquista do território coletivo desejado.

Nos tempos de inserção da equipe da universidade nos espaços da escola, na metodologia de investigação e formação denominadas de Oficinas de Narrativas Coletivas, foi possível reconstituir o processo histórico dos diferentes espaços de luta do MST no estado de Mato Grosso, em localidades distintas, no território da grande Cáceres. As narrativas individuais e as representações coletivas rememoraram a história das primeiras mobilizações, dentre estas a ocupação por 1.500 famílias da Fazenda Santa Amélia na BR 174, localizada nas proximidades do Distrito do Caramujo à 28 quilômetros do município de Cáceres. Para Zart a dinâmica da luta pela terra se ampliou no Mato Grosso quando o “MST expandiu a organização das famílias sem-terra para outras regiões do Estado. Em março de 1997 mobilizou famílias na Região Sudoeste para a ocupação da Fazenda Santa Amélia no município de Cáceres” (2012, p. 248), e o acampamento, nesta fazenda, foi o primeiro da região, conforme é narrado e confirmado pelos sujeitos que viveram esse processo de Territorialização.

Em algumas narrativas, tanto nas individuais quanto nas coletivas, as informações não coincidem com outras histórias narradas ou informações de autores que encontramos na literatura. Verificamos que há algumas discordâncias entre datas e nomes de localidades, situações próprias das histórias de vida narradas. A validade científica da narrativa se dá porque “cada um, camponês/camponesa, educador/educadora, se refere à luta da forma como a viveu, a partir de sua inserção e participação/colaboração com o movimento e com o sonho daquele grupo de pessoas ao qual estava inserido”

(BITENCOURT, 2014, p. 5). Assim, como estamos tratando das narrativas das histórias de vida dos educadores, trabalhamos com as duas informações de modo a reconstituir tal história sob o olhar de quem a viveu.

Observamos nas narrativas a reconstrução da história do MST para a conquista da terra. Neste sentido da ocupação da *Fazenda Santa Amélia* foi gerado o Assentamento Margarida Alves. Da *Fazenda Facão*, às margens da BR-070, em 1997, foi formado o Acampamento Roseli Nunes. Desta organização decorreu a ocupação da *Fazenda Prata*, passando a ser denominado Pré-Assentamento Roseli Nunes, nomeado pelas famílias de acampados por Pré-Assentamento Botinha, onde antes do parcelamento dos lotes todas elas ficaram juntas, configurando o atual território do Assentamento Roseli Nunes. Os dois acampamentos se localizaram no município de Cáceres e os dois assentamentos estão no município de Mirassol do Oeste.

Também em 1997, concomitante ao Acampamento Roseli Nunes, havia o Acampamento Paulo Freire, na Fazenda Urutau, cujos acampados sofreram muitos despejos. Parte deles, hoje, está no Assentamento Roseli Nunes, como aparece na explicação dada pela educadora Maria da Penha, que fez parte do coletivo 1 das Oficinas das Narrativas Coletivas, a qual participou da luta pela conquista da terra desde o acampamento:

“O Acampamento Margarida Alves, [...] na Fazenda Amélia, tinha muitas famílias, era maior do que o nosso [Acampamento Roseli Nunes], mais de 1500 famílias. Do Acampamento Roseli Nunes, o nosso, só teve aqui famílias que foram para o Assentamento Florestan Fernandes, um pouco foi para o Assentamento Paulo Freire. Esse Acampamento Margarida Alves gerou os Assentamentos: Margarida Alves, Che Guevara, Chico Mendes, Nova Conquista, Antônio Conselheiro I e Antônio Conselheiro II, todos encaixaram famílias encaminhadas desse acampamento da Fazenda Santa Amélia, inclusive, lá do Antônio Conselheiro I e II, as famílias que ficaram em sítios que a terra não era boa, que não prestava, vieram muitas famílias para cá [Fazenda Prata – Assentamento Roseli Nunes]. Eu não lembro a quantidade [de famílias], mas veio uma porção de lá para cá, porque a terra não era boa e aí quando saiu nosso comodato eles vieram”. (TR3, Narrativa Coletiva – Coletivo 1 - Oficina 2 - Educadora Maria da Penha - 12/04/17).

A Educadora Maria da Penha se aproxima do Movimento Sem Terra no início das ocupações no estado de Mato Grosso, na região da grande Cáceres, com o objetivo

de contribuir para a educação das crianças, tornando-se membro do Núcleo de Educação do Acampamento Roseli Nunes e acompanhando e integrando as lutas sociais pela reforma agrária. Assim, o processo de constituição dos territórios da Reforma Agrária, explicitado não só pela educadora Maria da Penha, e corroborado por outros educadores/as, é assim descrito: inicialmente, as famílias eram mobilizadas pelo MST e iam para os acampamentos em diferentes fazendas improdutivas identificadas pelo movimento e confirmadas pelo INCRA. Em alguns casos eram despejadas pelo Estado e, sem ter para aonde ir, eram acolhidas, provisoriamente, em outros acampamentos ou assentamentos; dos acampamentos iam para os comodatos, os pré-assentamentos, nos quais ficavam até o parcelamento das fazendas em lotes individuais, formando, assim, os Assentamentos. Esse movimento de deslocamento denominamos de Territorialização e, no caso, o MST acompanha todo o processo de resistência, de lutas e enfrentamentos, na organização das famílias, com uma metodologia de mobilização popular própria, de sensibilização para a questão agrária, das dinâmicas de ocupação e das estratégias políticas de persistência e consistência, unidade de objetivos e de meios sociais de resistência e de ações coletivas. Como explica Fernandes, a

[...] reflexão sobre as experiências de luta e enfrentamento gerou uma metodologia de luta popular. Desde a organização das famílias na construção do espaço de socialização política até a ocupação e a conquista de terra, cada um desses procedimentos foi aprendido na prática social da luta pela terra. Esse aprendizado possibilitou a rápida territorialização do MST pelas regiões brasileiras. (2000, p. 95).

Esse autor esclarece que o processo de aceleração na Territorialização do MST só foi possível pelo método que foi se constituindo através das práticas na luta por Reforma Agrária e por meio da resistência, em que a formação dos militantes fazia parte da condução do processo de luta em prol da Reforma Agrária. Afirma o autor que é “na formação que acontece a Territorialização do campesinato” (FERNANDES, 2012, p. 745), e os sujeitos vão se tornando seres politicamente capazes de compreender a sociedade em que vivem.

Segundo Morissawa (2001), as conquistas de terra são fruto das ocupações, as quais são consideradas a principal forma de luta do movimento. Posteriormente, outras formas de luta foram desenvolvidas, sendo fundamentais para que a Territorialização acontecesse sob a organização do MST. A mesma autora destaca que o MST foi

constituindo sua organização a partir da sua própria luta e experiências, adequando-se de acordo com as necessidades que surgiam durante sua trajetória. Os primeiros setores criados pelo movimento buscavam atender as necessidades fundamentais, como destacamos a seguir:

[...] dividimos o Movimento por setores de atividades. Que setores há dentro do MST? O setor de educação, com um enorme contingente de companheiros que se preocupam em discutir como organizar as escolas, como dar formação às crianças e como preparar professores que dão aula nos assentamentos. Depois, temos um setor de formação política e ideológica, para preparar nossos militantes, com escolas regionais e uma escola nacional. (STÉDILE, 1997, p. 75).

De acordo com Stédile, foram criados alguns setores, entre eles o de formação e de educação, pois, devido à baixa escolarização dos jovens e adultos havia entraves na formação política, não permitindo que pudessem compreender o sistema capitalista e o processo histórico dos trabalhadores e a própria gestão dos assentamentos, o que reforçou a importância do processo de formação dos sujeitos para a reforma agrária. Assim, o movimento passou a compreender que esse método era fundamental para a conquista da terra, pois “a cada conquista, o MST fortalecia sua ação e fazia valer a tese de que somente por meio da ocupação, as famílias seriam assentadas” (FERNANDES, 2000, p. 102). Desse modo, as ocupações eram realizadas com mais frequência pelos sem-terra.

Partindo da ideia de ocupação para Territorialização do MST, no estado de Mato Grosso as ocupações tiveram início no ano de 1995, como pode ser visualizado na narrativa do Educador Sidnei. Sua aproximação com o movimento Sem-Terra iniciou a partir inserção e da articulação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres, nele exercendo a função de secretário, com a oportunidade de participar das reuniões com os representantes do MST, que estavam organizando os/as camponeses/as no Sul do Estado de Mato Grosso:

“A primeira ocupação foi em agosto de 1995, mas o pessoal começou a trabalhar para vir para cá [essa região] a partir de 1994. A primeira ocupação foi em agosto de 1995, na Fazenda Aliança, em Pedra Preta [região sul do Mato Grosso – região de Rondonópolis]. Nesta época aqui no estado, o MST não estava organizado, só estavam em quatro lideranças, então vieram lideranças do MST de outros Estados brasileiros, para poder dar início no Movimento Sem-Terra no Mato Grosso e ficaram aqui por 12 anos. Essas lideranças eram das CEBS,

das igrejas, [citou alguns nomes], em 1996 foi surgindo as lideranças daqui do Estado, assim se deu o início e foi surgindo as lideranças daqui das regiões do estado. [...] A partir do dia a dia, foi-se formando as pessoas. Com reuniões de base e, então, foram surgindo, aflorando essas pessoas que foram se destacando. [...]” (TR 3, Narrativa Coletiva – Coletivo 1 - Oficina 1 - Educador Sidnei - 25/03/17)

Segundo as narrativas coletivas, a partir da primeira ocupação do MST no Mato Grosso, no município de Pedra Preta, formando o acampamento Zumbi dos Palmares, foi iniciada a inserção em diferentes territórios, construindo redes de mobilização e organização dos camponeses sem terra. A estratégia política se assenta, através de suas lideranças, na busca de novas pessoas para massificar a base, fortalecer o movimento e, assim, a Territorialização do MST, com a ocupações de terras improdutivas e a efetivação de projetos de reforma agrária. Como pode ser observado a seguir:

“[...] nós estávamos acampados, já no pré-assentamento nós fizemos parte de toda ocupação do Paulo Freire, tanto na hora que ia fazer o despejo, nós tínhamos gente, aqui na Fazenda Urutau mesmo se ia fazer uma ocupação, a gente pegava uma galera, as pessoas que já faziam parte, os mais antigos e não era pouca gente. Eu estive lá na época, depois na Fazenda São João, em todas as migrações, nós sempre estivemos lá. Eu acho que é nesse processo que Cleide fala, porque quando foi a ocupação da Fazenda Urutau, a dona Emília também estava lá. A gente ia para somar com os demais, toda ocupação, do Paulo Freire, do Roseli Nunes, também estava lá. Do Roseli Nunes, Antônio Conselheiro, [...] sempre tinha umas lideranças que estavam no meio. [...] a Fazenda Urutau, teve vários despejos, acho que foram 5 despejos, passando pela EMPAER, Acampamento da Fazenda Araguari, aí foram para o Pré-assentamento Florestan, depois Fazenda São João, que gerou o Assentamento Che Guevara. O Assentamento Paulo Freire foi diferente do primeiro, ele ficou por um longo tempo, ficou em média 5 anos [no processo de luta], porque em 2002 teve o parcelamento, então foi de 1998 a 2002”. (TR 3, Narrativa Coletiva – Coletivo 3 - Oficina 2 - Educador José Gomes-- 08/05/18).

O educador José Gomes é filho de camponeses que sempre produziram para seu consumo, tirando da terra o sustento para a família. Na infância, José teve dificuldades para estudar, e conheceu o MST aos 19 anos de idade, quando começou a ouvir sobre as reuniões realizadas pelo movimento. Dessas reuniões e ocupações resultou o Assentamento Margarida Alves, entretanto, somente no ano de 1997, segundo esse

educador, ele tomou a melhor decisão de sua vida: ir para o acampamento Roseli Nunes, na Fazenda Facão, no Município de Cáceres, onde, apesar das dificuldades, como presenciar vários despejos de outros acampamentos, realizou seu sonho de conquistar seu pedaço de terra.

A narrativa de José Gomes mostra o envolvimento dos educadores nessa trajetória da Territorialização do MST no Mato Grosso e como eram realizadas as ocupações em vários lugares ao mesmo tempo. No entanto, nem sempre essas ocupações eram realizadas de forma pacífica, em alguns casos ocorriam despejos sob ameaças de pistoleiros, dos próprios fazendeiros. As situações de enfrentamento e de violência também foram analisadas por Fernandes, afirmando que

[...] os sem-terra partiram para o enfrentamento e conquistaram a área, por meio do enfrentamento e da negociação, rompendo com as situações em que os pistoleiros são colocados para expulsar posseiros e sem-terra e a polícia é uma cerca para impedir os sem-terra de ocuparem. (2000, p. 103).

De acordo esse autor, os enfrentamentos eram realizados após todas as tentativas de negociação, somente depois desse processo ocorriam os enfrentamentos e até os despejos, e muitos despejos são realizados até conseguirem a terra. No caso do processo de Territorialização pesquisado por nós, conforme nos relata a educadora Marta, que participou do processo de luta desde o acampamento, que integrou as atividades de organização do Acampamento Paulo Freire, relata que vivenciou vários despejos, alguns com muita violência. Por esse motivo, Marta nas oficinas de narrativas coletivas, explicitou as experiências de passar por todo o processo de luta e despejos.

“O Acampamento Paulo Freire teve despejos sucessivos. Na Fazenda Araguari, depois de 15 dias que estávamos lá sofremos mais um despejo e aí voltamos para o Florestan Fernandes que foi um acampamento que nos acolheu, lá nós ficamos dois, três meses. Primeiro fomos para a EMPAER. De lá fomos o acampamento da Fazenda Araguari, lá tivemos outro despejo e aí fomos para o Pré-Assentamento Florestan Fernandes, que foi um refúgio do despejo, ou seja, ter onde ficar para não perder a unidade. Aí ali nós ficamos e fomos para a Fazenda São João e aí foi um despejo muito violento, aí depois nós fomos para o Assentamento Che Guevara, nos refugiamos de novo, foi onde ficamos para massificar. Do Assentamento Chê Guevara nós fomos para o INCRA, pois nós não tínhamos mais como

fazer ocupação em Fazenda, por que nós tínhamos poucas pessoas já, a gente estava com umas 120 famílias. [...] Ficamos seis meses no INCRA, aí como não ia ter mesmo a área para nós, que [...] foi muito frustrante para nós, porque nós não conquistamos nossa área, viemos aqui para o Roseli Nunes, lá no pré-assentamento Botinha, em outubro de 2000, [...] que o Pré-Assentamento acolheu a gente do Acampamento Paulo Freire”. (TR 3, Narrativa Coletiva – Coletivo 1 – Oficina 1 - Educadora Marta - 25/03/17).

Nessa fala, a Educadora Marta, que era do Acampamento Paulo Freire, relata os despejos sofridos, nos quais buscavam abrigo em vários outros acampamentos, sofrendo vários processos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). Mostra que a conquista pela terra foi uma trajetória muito complexa, porém, aquelas pessoas eram muito fortes e encontravam, no coletivo e em suas famílias, forças para continuar lutando frente às dificuldades e aos obstáculos da vida. Essa educadora complementa a narrativa anterior:

“[...] Sobre os despejos, eles aconteciam quando a gente estava em acampamentos [...] – antes do pré-assentamento. [...] A polícia chega ou o Estado chega e dizia, assim: vocês têm que sair. E nós temos que sair, então a gente usava de uma estratégia para não se perder [...], não desmobilizar, a gente ia para outro assentamento. Nesse assentamento nos organizávamos com o apoio dos companheiros que já estavam assentados [...]. Em 1997, quando tudo começou já existia no Mato Grosso o Assentamento Nova Conquista, Assentamento Laranjeira, Assentamento Margarida Alves, o Assentamento Che Guevara e o Assentamento Chico Mendes. Só que era todos pequenos, o maiorzinho era o de Tangará, o Assentamento Nova Conquista. (TR 3, Narrativa Coletiva – Coletivo 1 - Oficina 1 - Educadora Marta - 25/03/17).

A educadora Marta relata que, no ano 1997, o acampamento Paulo Freire sofreu sucessivos despejos, e os sem-terra eram acolhidos em outros acampamentos ou assentamentos que já existiam no estado de Mato Grosso. Houve, com isso, o processo de TDR a cada novo espaço ocupado pelos sem-terra em luta permanente. O processo dos despejos gerava a desterritorialização, e para não perderem a mobilização para seguir lutando, eram acolhidos e se reterritorializavam, mesmo que em territórios temporários, até uma nova decisão. Em alguns casos os despejos aconteciam com ordens e forças policiais, e como forma de resistência, os sem-terra usavam de estratégias de se

reagruparem com o apoio de outros grupos camponeses já assentados. Dessa forma, se reorganizavam e se fortaleciam novamente para voltarem para a luta.

Todo esse processo fez parte da jornada de territorializar os sem-terra em seu espaço. Ao longo dessa caminhada, diversos foram os obstáculos narrados, mas com os avanços nas negociações, a resistência camponesa, a insistência no movimento, aos poucos as conquistas foram acontecendo. A permanência nas lutas sociais gerou uma ambiência de organização dos grupos camponeses nos territórios. O sentido de pertencimento e de identidade nos novos lugares, criam laços entre as pessoas, as famílias, o movimento social, as entidades e configuram o território a partir de distintas características. A identificação política, cultural, ambiental constitui a territorialidade, que, conforme Raffestin “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (1993, p. 158). Isso nos faz compreender que cada território possui sua particularidade, que advém das simbologias e das práticas sociais construídas por meio das ações vividas do coletivo, sendo esse coletivo responsável pelo movimento gerado nos espaços e pelo avanço da territorialidade, da constituição e da afirmação dos pertencimentos dos sujeitos sociais ao modo de vida configurado no território.

Na territorialização, as comunidades criam vínculos entre os sujeitos, o grupo social constituído, ou seja, vai se instituindo a territorialidade no novo território. Segundo Saquet, “as territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre os grupos e classes sociais” (2017, p. 34). Podemos dizer que a territorialidade é a qualidade de um grupo, no sentido do envolvimento das comunidades e dos diversos grupos, isto é, a forma com que os sujeitos interagem em seus diferentes espaços.

De acordo com Mariani e Arruda, “a territorialidade é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem” (2010, p. 8). Dessa forma, compreendemos que a territorialidade faz parte da construção e da organização de um território e do modo de vida e relações entre as pessoas dessa comunidade. A territorialidade também está ligada à vontade de viver no campo, à produção, ao trabalho,

à vida tranquila e às possibilidades de autonomia de organizar o tempo de trabalho, de lazer, da organização política e cultural.

Jesus complementa a ideia destacando que “a territorialidade camponesa trata-se da vontade e necessidade de milhares de famílias de estarem na terra para produzir e viver. É a terra do trabalho, terra da vida. Não é a terra de explorar o trabalho alheio das grandes multinacionais do setor do grão” (2011, p. 14). Assim, a territorialidade se vincula à forma de vida que o sujeito deseja, buscando essa forma de viver interligada com o seu território.

Saquet analisa que “coexistem permanências/continuidades de uma parcela das características camponesas e mudanças/descontinuidades que, aos poucos, os sujeitos conseguem inserir na sua forma de produzir e viver” (2017, p. 36). Aos poucos, os sujeitos vão se sentido parte desse território e, assim, realizando o sonho de viver no campo.

Em todo o processo de Territorialização do Assentamento Roseli Nunes, de 1997, no acampamento da Fazenda Facão às margens da BR 070, o pré-assentamento Roseli Nunes (Botinha), sob a organização do MST, a Educação sempre teve um grande peso para os camponeses/as e é uma das táticas fundantes da luta social pela Reforma Agrária, justificada pela necessidade de educar crianças e jovens que iam para o acampamento com seus pais e pela formação da militância. No acampamento da Fazenda Facão, os educadores narraram que havia um setor de Educação que cuidava da Escola Itinerante, e essa mesma escola foi acompanhando todo o processo de Territorialização até chegar à escola atual, construindo nas histórias de lutas currículos adequados de educação do campo. A Escola tem uma história de organização burocrática diferentes. Já esteve ligada à Prefeitura do Município de Cáceres, quando se chamava Escola Roseli Nunes, sendo itinerante, depois quando foi para a Fazenda Prata (atual Assentamento Roseli Nunes) passou a ser uma escola municipal de Mirassol do Oeste, nomeada de Escola Municipal Madre Cristina. Anos depois, após muitos protestos e mobilizações, passou a ser a Escola Estadual Madre Cristina, como narra o educador Jair, que é uma das lideranças do MST desde o começo da luta pela Reforma Agrária no MT e que participou de todo o processo de Territorialização para a conquista do território Assentamento Roseli Nunes:

“A minha história começou no Facão, no Acampamento Roseli Nunes, dentro da organização do MST. [...] [O que lembro da Escola

Itinerante lá] era que havia a necessidade de ter a escola, então surge da necessidade de escola, pois ocupamos a Fazenda Facão com 600 famílias e, com isso, havia a necessidade das crianças estudarem, tinha muitas crianças, para todas as séries iniciais do ensino fundamental. Só que no começo, não conseguimos, aí eles buscavam lá e levavam para Cáceres. [...] Se chamava escola itinerante porque ela estava lá, mas se a gente fosse para um outro lugar a gente levava a escola, ela nos acompanhava em todo lugar. [...] [A escola sempre existiu pela] questão da necessidade de formação das pessoas também para entender o processo. (TR 3, Narrativa Coletiva – Coletivo 1 - Oficina 1 - Educador Jair - 25/03/17).

Como podemos constatar na narrativa do Educador Jair, a escola é um instrumento para o MST de fortalecimento da luta pela reforma agrária e, segundo as narrativas, a escola é fundamental no processo de Territorialização da Educação no processo de conquista de um pedaço de chão e uma vida digna para os/as camponeses/as.

Assim, em todo esse processo, destacamos que os conceitos território, territorialização e territorialidade são fundamentais para os sem-terra na luta pela terra, e todo esse percurso da territorialização só é possível pelo objetivo da reforma agrária organizado e levado à efeito pelo MST. Movimento social que nasceu e permanece na história para favorecer as camadas mais desfavorecidas em termos políticos, econômicos e culturais.

Considerações Finais

Neste estudo analisamos o modo como a formação dos/as educadores/as da Escola Estadual Madre Cristina, do Assentamento Roseli Nunes, foi influenciada e influencia a territorialização da educação do campo, considerando o processo histórico vivido pelos sujeitos educadores e educadoras, narrado tanto de forma individual quanto de coletiva. Ao longo da pesquisa refletida neste artigo, fomos compreendendo, a partir das vozes dos/as educadores/as, como as identidades sociais e o pertencimento ao seu território camponês contribuem para o desenvolvimento territorial e o fortalecimento da educação do campo.

Dessa forma, a pesquisa realizada tem sua relevância científica, mas também possui uma grandeza pedagógica e histórica, pois foi realizada com educadores militantes do MST, de um território conquistado por eles e elas como sujeitos que se constituíram

no processo formativo desenvolvido na luta pela terra e, por conseguinte, uma formação inserida e crítica. Esses/as educadores/as, que se fizeram sujeitos sociais na luta, viveram e vivem experiências de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), e nelas se (re)formam, revendo-se e se transformando no processo, na práxis política e pedagógica. Observamos que os territórios vão se constituindo temporariamente, pois o espaço territorial conquistado se desterritorializa constantemente, pois a realidade vivida não é constante, e, sim, cheia de novas lutas e novos acontecimentos.

As autobiografias, narrativas individuais e coletivas, foram a base de dados que nos forneceram a possibilidade de analisar a trajetória de lutas e conquistas dos educadores e que demonstram todo esse processo de TDR antes refletido, tendo as narrativas grande relevância para a pesquisa. Por meio delas compreendemos o processo de luta constante pela terra, vivenciada pelos/as educadores/as, que viram na luta, organizados a partir do MST, a possibilidade de sua própria reterritorialização, ou seja, voltar para o campo que sempre foi o desejo comum a eles, lugar de suas origens e opção de vida.

Constatamos, através da pesquisa, que o processo de formação dos/as educadores/as ocorreu em um movimento contínuo, ou seja, a formação dos sujeitos se realizou durante o processo de TDR, mediante a luta pela terra entre conflitos e despejos, (re)organização nos conflitos internos e externos no espaço de vida e luta. Para o MST, a formação é um ponto fundamental, não somente a formação escolar e acadêmica, mas também a formação humana, social e política. Nesse movimento de TDR, realizado pelos/as educadores/as, diversas foram as formações realizadas e proporcionadas pelo MST. No percurso da luta pela terra, na territorialização e formação, foram sendo constituídas as identidades da cultura camponesa, a territorialidade que se constitui na afirmação das linguagens e das simbologias de educadores do campo.

Entendemos que todo o processo de luta pela terra e por educação e, conseqüentemente, a busca pela conquista do território no processo de territorialização é uma trajetória marcada por diversos conflitos. No entanto, em meio aos obstáculos da luta, a formação dos/as educadores/as se fortaleceu, pautada nas necessidades dos camponeses, pois a educação é base para propiciar aos sujeitos condições de refletir e

questionar a realidade, e, assim, buscar meios para fortalecer as organizações sociais no território.

Percebemos, através das narrativas, que durante a luta pela terra o MST manteve a escola no acampamento, pois tinha a preocupação com a educação das crianças e a manutenção das famílias unidas nos acampamentos. Dessa forma, o MST organizou os educadores para que participassem de formações específicas com o intuito de serem capazes de desenvolver uma educação diferenciada com as crianças nos acampamentos e nos assentamentos.

E por fim, compreendemos e interpretamos, a inserção dos sujeitos, a resistência, a luta, a proposição e a construção social da realidade dos povos do campo para assegurar a terra, a cultura e o processo complexo e conflituoso de territorialização. A educação do campo é uma das formas de organização camponesa que influencia e determina a territorialização.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, L. P. Método (Auto)biográfico na formação de identidades coletivas na Educação do Campo: do individual ao coletivo. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO - SEMIEDU. **Anais...** Cuiabá. UFMT. 2014.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n° 22, p.165-180, abr. 2010.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. 2° ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

_____. Território Camponês. In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUINI, L. L. Território, Territorialização e Territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceito geográfico. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v8, n1, p. 225-249 jan/jun. 2014.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste-Niterói**. Rio de Janeiro: Editora EDUFF, 1997.

JESUS, A. D. **Das Ligas ao MST: Luta pela terra e a territorialização Camponesa**. **Revista Geográfica de América Central**, n. especial, Costa Rica, 2011. Disponível

em: <www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2404/2300>.

Acesso em: 15 Ago. 2018.

MARIANI, M. A. P, ARRUDA, D. O. O Território. Territorialidade e desenvolvimento local um estudo de caso de Empreendimentos Econômicos Solidário de Corumbá/MS. In: **Anais** do 48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, Campo Grande-MS, 2010.

MORISSAWA, A. **A História da Luta pela Terra e o MST**- São Paulo. Expressão Popular, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SAQUET, M. A. **Consciência de Classe e de Lugar, Práxis e Desenvolvimento Territorial**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora, 2017.

_____. **Por uma Abordagem Territorial Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STÉDILE, J. P. **Dossiê Questão Agrária**. Revista Estudos Avançados. vol. 11, nº 31. São Paulo, 1997. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300005>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

ZART, L. L. **Produção Social do Conhecimento na Experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. 2012, 421 fls. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas-SP, 2012.

_____. **O que é o Campo**. Caderno Pedagógico I: Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário. UNEMAT, PROEC-UNEMAT. Vol.1, nº 1 – Cáceres-MT: (Série: Sociedade Solidária). Editora Unemat, 2011.

Recebido em 19/09/2020.

Aceito para publicação em 17/03/2021.